



#### Eixo 4 – Nome do Eixo Ciência da Informação e Conexões

### Ministério Público dos Estados: Profissionais de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

*State Public Ministry: professionals of Archival Science, Librarianship, and Museology*

**Leididaina Araújo e Silva** – Ministério Público do Estado do Amapá –

leididaina.silva@mpap.mp.br

**Resumo:** O artigo analisa a composição da força de trabalho dos profissionais da informação no Ministério Público Brasileiro à luz das Resoluções nº 158/2017 e nº 225/2021 do CNMP. Objetiva mapear e avaliar a distribuição de arquivistas, bibliotecários e museólogos nos 26 Ministérios Públicos Estaduais. Trata-se de pesquisa descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, baseada em formulários eletrônicos e levantamento nos Portais da Transparência (dados até março de 2026). Identificaram-se 119 profissionais: 48 bibliotecários, 70 arquivistas e 1 museólogo. Conclui-se que o déficit de profissionais nesses órgãos compromete a continuidade das políticas documentais e a preservação da memória institucional.

**Palavras-chave:** Ministério Público Estadual. Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Gestão Documental.

**Abstract:** This study analyzes the composition of information professionals within the Brazilian Public Prosecution Service under Resolutions No. 158/2017 and No. 225/2021 of the CNMP. It aims to map and evaluate the distribution of archivists, librarians, and museologists across the 26 State Public Prosecutor's Offices. The research is descriptive, with a mixed quantitative-qualitative approach, based on electronic forms and Transparency Portal data (updated to March 2026). A total of 119 professionals were identified: 48 librarians, 70 archivists, and 1 museologist. The study concludes that the shortage of professionals in these institutions compromises the continuity of document management policies and the preservation of institutional memory.

**Keywords:** State Public Ministry. Archivology. Librarianship. Museology. Document Management.



## 1 INTRODUÇÃO

O Ministério Público Brasileiro, reorganizado institucionalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e disciplinado pela Lei Orgânica Nacional nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, assume funções essenciais à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, o Ministério Público possui uma estrutura bifronte, composta pelo Ministério Público da União (MPU) e pelos Ministérios Públicos Estaduais (MPes), presentes nas 26 unidades federativas.

Na Administração Pública contemporânea, a consecução da eficiência institucional relaciona-se intimamente com a capacidade de gerir fluxos de informação e preservar a memória corporativa. No âmbito do Ministério Público, essa premissa ganhou densidade normativa por intermédio das deliberações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com destaque para a Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017, que institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória (PLENAME), e a Resolução nº 225, de 24 de março de 2021, responsável por fixar o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD).

A Resolução CNMP nº 158/2017, em seu Art. 17 estabelece que os memoriais institucionais atuem de forma integrada com os setores de arquivo e biblioteca. Essa normativa reflete a convergência epistemológica e a interdisciplinaridade entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Conforme Araújo (2012), tais disciplinas compartilham núcleos teóricos fundamentais voltados à organização, representação, preservação e democratização do acesso aos registros do conhecimento humano.

A convergência entre essas áreas manifesta-se, no âmbito da Administração Pública, pela necessidade de uma gestão documental sistêmica e integrada. Como apontam Rousseau e Couture (1998), os arquivos públicos exercem uma dupla função indispensável: servem como instrumentos de gestão eficiente para o suporte à tomada de decisão administrativa e, simultaneamente, constituem-se como patrimônio cultural



e base da memória coletiva de uma sociedade. No contexto brasileiro, Paes (2002) reforça que a eficiência das instituições governamentais depende diretamente da racionalização dos métodos de arquivamento, os quais garantem a integridade, a organicidade e a pronta recuperação das informações necessárias ao cumprimento das funções estatais.

Sob a ótica da Biblioteconomia, especialmente nos órgãos do Sistema de Justiça, as bibliotecas jurídicas transcendem a função de meros depósitos de livros, configurando-se como centros estratégicos de informação. A organização técnico-documental da jurisprudência, da doutrina e da legislação fornece subsídios especializados para a tomada de decisão de magistrados e membros do Ministério Público. Historicamente associadas à abertura dos espaços de custódia após a Revolução Francesa, quando arquivos, bibliotecas e museus passaram a atuar como instrumentos de cidadania e garantia de direitos, essas instituições de memória demandam avaliação empírica no contexto dos órgãos de controle.

Diante desse contexto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é o panorama da distribuição profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos nos quadros funcionais dos Ministérios Públicos Estaduais brasileiros? Para respondê-lo, definiu-se como objetivo geral analisar a presença e a distribuição territorial dessas três categorias profissionais nos 26 MPEs, aferindo o nível de aderência das instituições às diretrizes fixadas pelo CNMP. Especificamente, busca-se mapear o corpo técnico em atividade, tipificar a natureza dos vínculos funcionais (identificando assimetrias entre servidores efetivos e não efetivos), comparar os dados obtidos e avaliar a dispersão dessas carreiras pelas macrorregiões do país.

A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade premente de subsidiar o planejamento estratégico de gestão de pessoas e de políticas de memória institucional no Sistema de Justiça. A compreensão analítica da força de trabalho informacional fornece evidências empíricas para a proposição de melhorias de governança, valorização técnica e abertura de novos concursos públicos de carreira.

## **2 METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório, com abordagem quanti-qualitativa, cujo propósito consiste em mapear a força de



trabalho dos profissionais da informação nos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs) do Brasil. O universo da pesquisa compreendeu as 26 unidades federativas estaduais. A coleta de dados foi realizada por meio de duas frentes metodológicas complementares: a aplicação de questionários estruturados e o levantamento direto nos Portais da Transparência.

O instrumento de coleta via formulário eletrônico (plataforma *Google Forms*) foi direcionado formalmente aos e-mails institucionais das bibliotecas e dos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) de cada MPE. O formulário foi estruturado em 5 questões fundamentais, conforme detalhado na Tabela 1. Paralelamente, para mitigar as taxas de não resposta e garantir a abrangência e a confiabilidade dos dados coletados, realizou-se uma pesquisa documental nos Portais da Transparência dos 26 MPEs (atualizações até março de 2026). Esta etapa buscou rastrear dados de pessoal e lotação utilizando descritores específicos baseados nos cargos e funções investigadas.

Esclarece-se que foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa (*Gemini*) para revisão do texto, sendo a produção intelectual fruto da análise dos dados coletados pela autora.

**Tabela 1**– Modelo de formulário e dimensões das variáveis da pesquisa

Pergunta base do formulário	Objetivo Científico da Variável	Tipo de Resposta Admitida
1. Nome do Ministério Público Estadual (MPE) que você representa.	Identificação do sujeito institucional e indexação geográfica.	Texto livre
2. O MPE que você representa possui profissionais da área de informação (Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos) em seu quadro?	Triagem inicial e validação da presença de profissionais das ciências do patrimônio.	Dicotômica (Sim / Não)
3. Se sim, preencha a grade, indicando o número de profissionais em cada categoria e o tipo de vínculo, servidor(a) efetivo(a) ou não efetivo(a).	Mensuração quantitativa do contingente técnico por especialidade e categoria de vínculo.	Matriz de múltipla escolha (Arquivista, Bibliotecário, Museólogo e Quantitativo)
4. Em relação aos profissionais identificados, qual o tipo de vínculo com a instituição?	Tipificação detalhada do regime jurídico-administrativo de contratação.	Escolha múltipla (Efetivo, Comissionado, Terceirizado, Cedido)
5. Existem outros profissionais atuando nas áreas de Arquivo, Biblioteca ou Memorial no MPE, com formação diferente de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos (ex: Historiador, Técnico em Arquivo, Servidor Administrativo)?	Mapeamento do fenômeno da multidisciplinaridade e da ocupação de postos informacionais.	Dicotômica (Sim / Não)

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2026).



**Descrição:** Quadro estruturado contendo as cinco perguntas que compõem o formulário eletrônico da pesquisa, explicitando seus respectivos objetivos científicos e formatos de resposta admitidos.

## 2.1 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados brutos oriundos de ambas as fontes foram consolidados em planilhas eletrônicas para fins eliminação de redundâncias. O processo de análise obedeceu às seguintes etapas logicamente encadeadas:

- Triagem e cruzamento de fontes: confrontaram-se as respostas obtidas via formulários (13 respostas válidas) com os registros extraídos dos Portais da Transparência das respectivas unidades, validando a consistência dos quantitativos informados.
- Categorização normativa: os profissionais identificados foram classificados de forma binária quanto ao vínculo funcional em "Efetivos" (servidores de carreira aprovados em concurso público) e "Não Efetivos" (abrangendo cargos comissionados, pessoal terceirizado e servidores cedidos de outros órgãos).
- Agregação geográfica: procedeu-se ao agrupamento das variáveis por macrorregiões geográficas do território nacional (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), permitindo uma análise comparativa do desenvolvimento regional das estruturas de gestão documental e de memória.
- Análise estatística descritiva: os dados foram submetidos à análise estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e percentuais.

Os resultados foram sintetizados em recursos visuais — tabelas de contingência e gráficos de setores e barras — facilitando a discussão sobre o cumprimento das Resoluções nº 158/2017 e nº 225/2021 do CNMP.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 Panorama Geral do Contingente Profissional nos MPEs

A consolidação dos dados obtidos por meio do cruzamento entre os formulários eletrônicos e o levantamento nos Portais da Transparência revelou um universo de 119 profissionais arquivistas, bibliotecários e museólogos atuando nos 26 MPEs do país. Este quadro profissional apresenta uma distribuição marcadamente assimétrica entre as três especialidades e, sobretudo, nos regimes de vinculação jurídica à Administração Pública.



Nesse contexto, a análise integrada demonstra uma inversão estrutural profunda entre as carreiras: enquanto a maior parte dos bibliotecários integra o quadro permanente de servidores estáveis, a força de trabalho arquivística está concentrada em contratos de natureza temporária ou precarizada (vínculos terceirizados, comissionados ou por cessão de pessoal). Observou-se a inexistência de museólogos efetivos e a presença de apenas um profissional não efetivo.

### 3.2 Análise Comparativa e Consistência das Fontes de Dados

O emprego das estratégias metodológicas permitiu identificar assimetrias importantes na taxa de retorno institucional. O formulário eletrônico registrou adesão parcial, com respostas formais de apenas 13 das 26 unidades federativas investigadas (50% do universo amostral), compreendendo quatro MPEs da Região Norte, três da Região Nordeste, dois da Região Centro-Oeste, dois da Região Sudeste e dois da Região Sul. Esta amostragem declaratória apontou a existência de 27 bibliotecários, 10 arquivistas e nenhum museólogo sob o regime de provimento efetivo.

Entretanto, a fim de suprir as lacunas, a auditoria direta nos Portais da Transparência das 26 unidades federativas expandiu o escopo empírico da pesquisa, mapeando o censo real dos servidores de carreira em nível nacional. Os resultados oficiais consolidaram 41 bibliotecários, 15 arquivistas e zero museólogos em caráter efetivo, cuja dispersão macrorregional está detalhada na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição territorial de profissionais de informação efetivos nos MPEs

Região geográfica	Bibliotecários (Efetivos)	Arquivistas (Efetivos)	Museólogos (Efetivos)
Norte	7	1	0
Nordeste	9	2	0
Centro-Oeste	2	1	0
Sudeste	13	3	0
Sul	10	8	0
TOTAL	41	15	0

Fonte: Dados extraídos dos Portais da Transparência pela autora (2026)

Descrição: Tabela demonstrando quantitativamente a distribuição de profissionais concursados nas cinco regiões do país, com destaque para a liderança do Sudeste em bibliotecários estáveis e do Sul em arquivistas.

Os dados evidenciam que, mesmo nos portais oficiais de pessoal, o quantitativo de servidores estáveis com formação técnica em gestão da informação permanece reduzido diante da estrutura da administração pública estadual. Os bibliotecários formam a carreira mais consolidada, com 41 profissionais efetivos, seguidos pelos



arquivistas, com 15 servidores de carreira, enquanto a Museologia não registrou profissionais efetivos nas instituições analisadas.

### 3.3 A Força de Trabalho Não Efetiva e o Fenômeno da Terceirização

O panorama observado altera-se significativamente quando a análise incorpora os vínculos não efetivos identificados nos Portais da Transparência, abrangendo cargos em comissão, contratos terceirizados e servidores cedidos. Conforme demonstrado na Tabela 3, o quantitativo de profissionais não efetivos alcança 63 indivíduos, com predominância da área arquivística.

**Tabela 3** – Distribuição territorial de profissionais de informação não efetivos nos MPEs

Região geográfica	Bibliotecários (não efetivos)	Arquivistas (não efetivos)	Museólogos (não efetivos)
Norte	1	0	0
Nordeste	3	6	1
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	2	48	0
Sul	1	1	0
TOTAL	7	55	1

**Fonte:** Dados extraídos dos Portais da Transparência pela autora (2026).

**Descrição:** Distribuição regional dos profissionais sem vínculo permanente, expondo a concentração crítica de arquivistas temporários e terceirizados na Região Sudeste

O exame qualitativo desta massa de trabalhadores não efetivos revelou uma heterogeneidade de nomenclaturas de cargos e desvios funcionais. Foram identificados indivíduos alocados em unidades centrais de Documentação, Arquivo e Memória desempenhando funções sob rótulos administrativos genéricos ou técnicos correlatos — incluindo assistentes, auxiliares e operadores de arquivo, agentes de serviço administrativo, além de bacharéis em áreas como Administração, História, Ciências Contábeis, Letras, Direito e Psicologia. Esse fenômeno apresenta maior concentração na Região Sudeste, impulsionado pela ampla utilização de mão de obra terceirizada na operação de arquivos intermediários e permanentes.

Diante desse cenário, torna-se pertinente analisar os resultados à luz das Resoluções nº 158/2017 e nº 225/2021 do CNMP, avaliando sua aderência às diretrizes de gestão documental, informação e memória nos Ministérios Públicos Estaduais.

### 3.4 Discussão à Luz das Resoluções nº 158/2017 e nº 225/2021 do CNMP

Inicialmente, o somatório global — fixando 70 arquivistas (15 efetivos e 55 não efetivos), 48 bibliotecários (41 efetivos e 7 não efetivos) e 1 único museólogo (não efetivo) em todo o território nacional — revela um distanciamento entre as diretrizes



normativas e a configuração observada. Nesse contexto, as Resoluções nº 158/2017 e nº 225/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estabelecem a implantação do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória (PLENAME), exigindo atuação interdisciplinar e corpo técnico habilitado para o tratamento arquivístico, bibliográfico e museal. Contudo, a efetividade prática dessas normas fica comprometida pela fragilidade dos vínculos identificados.

Além disso, a acentuada dependência de trabalhadores não permanentes, notadamente na gestão de arquivos (onde 78,5% do total de arquivistas são não efetivos), impõe potenciais impactos sobre a continuidade das atividades. A rotatividade intrínseca aos regimes terceirizados e comissionados fragmenta o desenvolvimento de políticas de gestão de documentos de longo prazo, interrompe fluxos de classificação e avaliação documental e provoca constante perda de continuidade do conhecimento institucional, em detrimento da memória institucional.

Por sua vez, a quase total ausência de profissionais com formação em Museologia reflete uma lacuna técnica na preservação do patrimônio material e imaterial dos Ministérios Públicos. Embora as instituições venham expandindo suas estruturas de "Memoriais", estas unidades têm sido ocupadas prioritariamente por profissionais de História ou servidores da área jurídica, os quais, conquanto qualificados em suas ciências de origem, carecem do instrumental técnico específico da Museologia para a salvaguarda, catalogação e exposição de acervos históricos patrimoniais sob as diretrizes do CNMP. Assim, a interdisciplinaridade preconizada pela Ciência da Informação e exigida pelo CNMP ainda não se consolidou plenamente nos Ministérios Públicos Estaduais, evidenciando a necessidade de uma política sistemática de provimento de cargos de carreira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mapeamento empírico realizado nesta pesquisa ofereceu um diagnóstico inédito e estruturado sobre a força de trabalho dos profissionais da informação no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs) do Brasil. Os resultados evidenciam um cenário de heterogeneidade institucional, caracterizado pela assimetria quantitativa entre as carreiras e pela fragilidade dos vínculos jurídicos que sustentam



as atividades de gestão documental, bibliográfica e de preservação da memória nas instituições de Justiça.

No que se refere aos resultados obtidos, 41 bibliotecários, 15 arquivistas e zero museólogos sob o regime de provimento efetivo. Embora a carreira de Biblioteconomia apresente um maior grau de consolidação por meio de concursos públicos, o quantitativo geral permanece aquém do necessário. O panorama agrava-se substancialmente na área de Arquivologia, cuja sustentação operacional repousa majoritariamente em contratos de terceirização e provimentos temporários (55 profissionais não efetivos frente a apenas 15 estáveis), e apresenta um cenário de baixa institucionalização da Museologia, reduzida a uma nulidade quase absoluta em termos de servidores de carreira.

Sob o prisma regulatório, constata-se um descompasso evidente entre o rigor das Resoluções nº 158/2017 e nº 225/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a realidade factual dos MPEs. Enquanto o ordenamento normativo preconiza a interdisciplinaridade e a atuação harmônica entre arquivos, bibliotecas e memoriais, a ausência crônica de quadros permanentes em especialidades-chaves — notadamente Arquivologia e Museologia — dificulta a consolidação da atuação interdisciplinar preconizada pelas diretrizes do CNMP

Como recomendação primordial decorrente deste diagnóstico, sobressai a urgência de uma reformulação das políticas de gestão de pessoas dos Ministérios Públicos dos Estados, com foco na abertura imediata de concursos públicos e na criação de cargos de provimento efetivo para as carreiras de Arquivista, Bibliotecário e Museólogo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio**, MAST - vol. 5, nº 2 – 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993**. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, e dá outras providências.



CONAMP - **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público**. Disponível em: <https://www.conamp.org.br/blog/entenda-o-que-e-o-ministerio-publico-e-como-funciona/>. Acesso em: 29 abril. 2026.

CNMP. **Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017** - Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público - PLENAME e seus instrumentos.

CNMP. **Resolução nº 225, de 24 de março de 2021** - Institui o Plano de Classificação de Documentos do Ministério Público (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Ministério Público (TTD), altera a Resolução CNMP no 158, de 31 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação jurídica brasileira**. Brasília: Brique de Lemos, 2009.

